

## TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO PEDRO DE CIMA.

Dayana Francisco Leopoldo – Universidade Federal de Juiz de Fora

Vitor de Castro Morais – Universidade Federal de Juiz de Fora

[dayanageog@hotmail.com](mailto:dayanageog@hotmail.com) – [vitorcap@msn.com](mailto:vitorcap@msn.com)

### RESUMO

Localizado na região da Zona da Mata Mineira (sudeste do Estado, fazendo divisa com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), microrregião de Muriaé, entre as Serras do Caparaó e do Brigadeiro e tendo como vias principais de acesso a BR-116 e a MG-265, está o município de Divino, limítrofe (entre outros) aos municípios de São João do Manhuaçu, Orizânia, Espera Feliz, Caparaó e Carangola, onde localiza-se a comunidade.

A Constituição Brasileira de 1988 insere a demarcação definitiva de terras quilombolas através do artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A partir de então, nota-se uma luta e um barulhento processo político, envolvendo comunidades quilombolas, organizações não governamentais, autarquias federais, estaduais e municipais, intelectuais envolvidos com os movimentos sociais (em especial antropólogos, geógrafos e historiadores), oligarquias rurais localizadas em diversas porções do território brasileiro entre outros sujeitos (ODWYER, 2002). Os critérios adotados para o reconhecimento das comunidades quilombolas têm sido alvo de constantes críticas entre esses diferentes atores.

Assim como a maioria das comunidades rurais negras, São Pedro de Cima experimenta um processo de re-identificação territorial buscando as origens de sua cultura e de sua territorialidade quilombola.

Palavras-Chaves : Território – Territorialidade – Comunidade Quilombola

### RESUMEN

Situado em la región *Zona da Mata de Minas Gerais* (sudeste del Estado, hace frontera com Rio de Janeiro y Espírito Santo), microrregión de *Muriaé*, entre la Sierra del *Caparaó* y del *Brigadeiro*, tiene como principales vías de acceso a la BR – 116 y MG – 265, esta el municipio llamado *Divino*, limítrofe a los municípios de *São João do Manhuaçu*, *Orizânia*, *Espera Feliz*, *Caparaó* y *Carangola*, donde encuéntrase la comunidad.

La Constitución Brasileña de 1988 incluye la demarcación definitiva de las tierras *quilombolas* por medio del artículo 68 del Acto de las Disposiciones Constitucionales Transitorias (ADCT). De pronto notase la lucha y un turbulento proceso político, con la participación de las comunidades *quilombolas*, las organizaciones no gubernamentales, las autarquías federales, estatales y

municipales, los intelectuales que participan de los movimientos sociales (especialmente los antropólogos, los geógrafos y los historiadores), las oligarquías rurales de varias regiones del territorio brasileño y otras figuras(ODWYER,2002). Los criterios para el reconocimiento de las comunidades *quilombolas* han sido objeto de constantes críticas de los actores.

Así como la mayoría de las comunidades rurales negras, *São Pedro de Cima* experimenta un proceso de reidentificación de la zona y busca los orígenes de su cultura y su territorialidad *quilombola*.

Este proceso de reidentificación sociocultural y económico origina varios elementos que corroboran la construcción de un territorio de resistencia, proceso que busca discusiones para la transformación de la comunidad.

Por lo tanto, este trabajo pretende contribuir a los debates, principalmente económicos y socioculturales, algunos de los procesos agrarios del Brasil que eran responsables por la aparición de territorios excluidos y que en la actualidad están en el modelo agroexportador fomentado por la política brasileña.

Palabras-Claves: Territorio – Territorialidad – Comunidad Quilombola

### **Referencial Teórico:**

O espaço é perene e o território é intermitente. (MANÇANO,2005)

Território e Territorialidade... para a compreensão destes conceitos da ciência geográfica “sofre” a influência da filosófica contemporânea de aplicando o território como forma de re-territorialização como forma de povoamento e a desterritorialização, trabalhando a idéia de Território como uma relação entre fluidez e rigidez. Além da filosofia passemos por vários autores e geógrafos que nos brindam com explicações muito concretas e fundadas. Entendemos que os conceitos de espaço território e *a posteriori* a territorialidade, podem ser empregados com muita segurança no que diz respeito a comunidades tradicionais, em especial a Comunidade de São Pedro de Cima.

Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto multidimensional, no estudo destes conceitos presenciamos o território sendo utilizado enquanto uma base das relações sociais, enquanto na verdade ele é multifacetado, ou seja, constitui uma totalidade (MANÇANO,2005). A definição de território é aplicada por RAFFESTIN(1993,63), como sistemas de ações e sistemas de objetos, onde encontramos esta mesma aplicação no conceito de espaço aplicado por Milton Santos, onde ainda que aplicados de forma diferente são constituídos da mesma essência. “Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território” (MANÇANO,2005), e esclarecendo estas questões temos a apresentação de HAESBAERT(2004), que aplica de certa forma uma solução para esta discussão, que são as multiterritorialidades, seriam elas as diferentes formas que os territórios se apresentam dentro do

espaço . Como dentro do espaço encontramos as relações sociais podemos afirmar que as relações sociais são os atores principais das transformações espaciais e territoriais, onde não podemos abortar a idéia da aplicação equivocada do conceito de território por outras ciências que tornam o conceito um setor enquanto ele deve ser visto de forma multidimensional, neste caso cabe a defesa de Haesbaert (2002) por um maior rigor na definição/utilização do conceito de território onde ele destaca também as ambigüidades e o caráter metafórico com que esse conceito tem sido apropriado por outras ciências, apoiado em Mançano (2005) que explica o sistema de territorialização – desterritorialização – reterritorialização (T-D-R), o autor discute também o conceito de território como uma totalidade restringida pela intencionalidade que criou (multiplicidade do espaço que cria domínios) na constituição dos territórios alternativos e/ou excluídos.

As relações sociais produzem os conceitos de espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens, ao fazerem esta ciranda às relações sociais são responsáveis por gerarem o território multifacetado, e nesta ciranda surgem os processos geográficos aplicados brilhantemente Mançano (2005), e nesses movimentos são aplicadas as propriedades dos espaços e dos territórios manifestadas por ações, relações e expressões, materiais e imateriais. Para explicar o processo T-D-R Mançano (2005) explica que “A expansão e ou criação de territórios são as ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são as ações concretas representadas pela desterritorialização.” (MANÇANO, 2005).

Enquanto a territorialização firma-se como resultado da expansão do território, a territorialidade é nada mais que as manifestações sociais dentro do território.

É neste contexto que iremos estudar o território e a aplicação da territorialidade na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima, entendendo que a Geografia é plenamente capaz de fazer a leitura do movimento socioterritoriais compreendendo que a leitura da dinamicidade e a multidimensionalidade do território só é possível ser feita a partir do movimento de todos.

## **Introdução**

Localizado na região da Zona da Mata Mineira (sudeste do Estado, fazendo divisa com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), microrregião de Muriaé, entre as Serras do Caparaó e do Brigadeiro e tendo como vias principais de acesso a BR-116 e a MG-265, está o município de Divino, limítrofe (entre outros) aos municípios de São João do Manhuaçu, Orizânia, Espera Feliz, Caparaó e Carangola, onde localiza-se a comunidade.

A Constituição Brasileira de 1988 insere a demarcação definitiva de terras quilombolas através do artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A partir de então, nota-se uma luta e um barulhento processo político, envolvendo comunidades quilombolas, organizações não governamentais, autarquias federais, estaduais e municipais, intelectuais envolvidos com os

movimentos sociais (em especial antropólogos, geógrafos e historiadores), oligarquias rurais localizadas em diversas porções do território brasileiro entre outros sujeitos (ODWYER, 2002). Os critérios adotados para o reconhecimento das comunidades quilombolas têm sido alvo de constantes críticas entre esses diferentes atores.

Assim como a maioria das comunidades rurais negras, São Pedro de Cima experimenta um processo de re-identificação territorial buscando as origens de sua cultura e de sua territorialidade quilombola.

Deste processo de re-identificação sócio-cultural e econômico surgem vários elementos que corroboram com a construção de um território de resistência, processo este que busca discussões para transformação da comunidade.

Sendo assim este trabalho visa contribuir para discussões principalmente econômicas e sócio-culturais, a cerca dos processos agrários brasileiros que foram responsáveis pelo surgimento de territórios excluídos e que hoje se esbarram no modelo agroexportador fomentado pela política brasileira.

**Objetivo:**

O objetivo deste artigo é discutir os processos geográficos que também podem ser compreendidos como processos sociais, esses processos sociais são responsáveis pelas relações sociais que a partir delas e suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens.” (MANÇANO, 2005)

Construir práticas de diálogo e ação para construção e consolidação da identidade comunitária, através do inventário do patrimônio local, tangível e intangível e da divulgação e apreensão da educação patrimonial.

Acreditamos também que enquanto estudantes de uma ciência complexa têm como objetivo a fomentação e a troca de conhecimentos entre a(s) Universidade(s) e a Comunidade de São Pedro de Cima assim como todas as outras comunidades tradicionais, entendendo a sua importância histórica para o retrato que é apresentado sobre estes territórios mutilados que estão em busca de sua territorialidade, através da construção coletiva de um projeto político pedagógico. Objetivamos também o estudo e propor soluções, trabalhando em conjunto com a comunidade para problemas identificados, considerando-se o contexto local.

E assim como objetivo de todos que lutam e defendem uma maior representatividade destes territórios excluídos, pretendemos despertar a consciência para a própria representatividade, para que a comunidade desenvolva sua própria autonomia social, política e se possível econômica.

E como ponto chave a consolidação de agir e preservar o resgate do seu patrimônio territorial e cultural da região de São Pedro de Cima e da comunidade quilombola.

Finalmente objetiva-se a consolidação os resgates históricos e comunitários afimm de que retomem

suas características culturais , a construção de uma agenda e bem como de um fórum permanente de discussões dos principais problemas relativos à comunidade e ao seu meio ambiente.

### **Metodologia:**

O relacionamento com a comunidade surgiu a partir de um trabalho de campo realizado na disciplina de Geografia Agrária do Curso de Geografia da mesma instituição de ensino, a fim de realizar um laudo de territorialidade do referido quilombo para o reconhecimento e a titulação de suas terras, como podemos ver este trabalho de campo rompeu os muros da instituição de ensino e alunos acabaram por criar um laço de afetividade e respeito que foi recíproco pela comunidade.

Em várias situações em que foram feitas visitas à comunidade presenciamos momentos únicos para alguns alunos, na primeira visita a comunidade local preparou uma noite cultural com a apresentação da Folia-de-Reis, da Ladainha de São Benedito e da Encomendação das Almas. A partir desta noite cultural rica em suas mais variadas vertentes podemos perceber os indícios que nos levou a entender o jogo estrutural entre as religiões ali presentes entende-se por catolicismo e o neo-pentecostalismo.

Foram feitas outra visitas à comunidade de São Pedro para participar e observar um culto na Igreja de São Pedro e para a aplicação de algumas entrevistas de maior profundidade, e podemos mais uma vez perceber e avaliar que os conflitos de terra estão intimamente

A partir de então alunos realizaram trabalhos sobre a comunidade o que contribuiu para a efetivação deste artigo e aprovação de um Projeto de Extensão intitulado Projeto de Extensão Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima: diagnósticos dos saberes necessários para uma educação ambiental e patrimonial. Foram feitas também a estrutura das reuniões (atuação em campo) será definida a partir dos resultados das pesquisas na comunidade. Seguir-se-á a proposta metodológica do IPHAN (<http://www.revista.iphan.gov.br/secao.php?id=1&ds=17>)

A metodologia do trabalho pressupõe em dois momentos importantes para a sua realização: o georreferenciamento do território da comunidade e o levantamento sócio-econômico. Foram realizados grupos de estudos para um maior embasamento teórico com reuniões semanais, planejamento das ações.

*A posteriori*, idas mensais a campo (permanecendo por todo o fim de semana, alojados na casa dos próprios moradores que inclusive já mostraram interesse em nos ajudar com a pesquisa) serão parte do trabalho, para que se faça o diálogo de identificação / detecção dos anseios da comunidade e com isso o projeto seja construído ouvindo também o que diz a população local. Fará parte do trabalho o processo de identificação dos impactos ambientais, os quais servirão de orientação para a educação ambiental (a qual estará também conjugada com a agroecologia, vista como um dos temas centrais deste processo educativo), bem como reuniões com alunos, professores, representantes do movimento negro AVURA, universitários, entre outras pessoas interessadas. O

georreferenciamento da área de estudo é necessário para que possamos ter uma base cartográfica necessária à representação dos principais fixos naturais e construídos no espaço de vivência e que tenham funções importantes e estratégicas na reprodução ambiental, econômica, social e cultural da comunidade. Em seguida faremos o diagnóstico ambiental e o inventário do acervo cultural. Para tanto, torna-se necessário às pesquisas em campo, identificar a atual situação cultural da comunidade, selecionar acervo material, recolher registros da memória cultural junto aos mais velhos, identificar preceitos e ritos da vida social e religiosa e esportiva. Este material servirá para a discussão conjunta sobre a divulgação, o aperfeiçoamento e ações de resgate de hábitos, ritos e práticas culturais. Esta etapa será feita não apenas por registros orais, mas também se pretende através da observação participante vivenciar, na medida do possível, o calendário cultural da comunidade.

Para a efetivação e uma concreticidade ética deste estudo foram adotadas metodologias aplicadas ao Projeto de Extensão Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima: diagnósticos dos saberes necessários para uma educação ambiental e patrimonial na área temática de Memória Social e Patrimônio, pois acreditamos que estes dois elementos são cruciais para a efetivação e do conceito de território e uma busca da territorialidade, que é o quadro em que se encontra a comunidade nos dias atuais.

Os métodos utilizados foram:

Etapa 1 : Um intenso trabalho com exercícios de percepção sensorial, por meio de perguntas, manipulação de objetos, medição, anotações, dedução, comparação, jogos de detetive, etc. Esta etapa objetiva identificar o objeto, sua função e significado, além do desenvolvimento da percepção visual e simbólica. Adequado ao trato com crianças e adolescentes.

Etapa 2: Elaboração de desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas, modelagem, etc.. Objetiva a fixação do conhecimento percebido da análise crítica, desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.

Etapa 3: Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão e questionamento, avaliação de pesquisas e outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, documentos familiares, jornais, revistas, entrevistas, etc. Objetiva o desenvolvimento de capacidades de análise e julgamento crítico para a interpretação das evidências e significados.

Etapa 4: Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meio de expressão, como a pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo, exposição em classe. Objetiva o envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Registra-se que toda metodologia deverá ser antes discutida pelo grupo de pesquisa e apresentada a comunidade, para, então, se retirar os procedimentos que consensualmente forem considerados

exequíveis de obter maior quantidade de informação e valor pedagógico em sua aplicação.

O trabalho tem a funcionalidade de apresentar a importância do patrimônio para o entendimento do território e a construção da territorialidade.

### **Discussão:**

O ambiente rural brasileiro hoje vive dilemas e impasses que passam por questões do passado que geraram consequências na atualidade e que dizem respeito a todos os brasileiros. Estas questões estão atravessadas (e, ao mesmo tempo, são reflexo de) por diferentes projetos para o campo, divergentes visões sobre desenvolvimento rurais e por territorialidades que atribuem sentidos diversos, e mesmo confrontantes, aos territórios rurais. (Mazzetto, 2007: 216).

As tensões no campo brasileiro estão relacionadas a diferentes racionalidades que disputam e usam os territórios agrários. Mazzetto (2007) aponta dois tipos fundamentais de racionalidade. A primeira que é herdeira da vertente dominante da história agrária que é baseada no ciclo agroexportador, nos latifúndios, na monocultura e no trabalho escravo. A segunda é herdeira das campesinidades indígena e mestiça que viveu nas proximidades dos latifúndios, isolados e formaram as chamadas comunidades rurais. Sendo assim esses dois tipos de territorialidade apresentada é o motivo de disputa pelo espaço agrário brasileiro. É a disputa de um projeto voltado para a sustentabilidade que envolve toda a sociedade brasileira e um projeto voltado somente para aqueles que detêm o modo de produção.

Dentre as diversas comunidades rurais, o movimento negro também é representado a partir das comunidades quilombolas ou simplesmente pelos quilombos. Os quilombos eram territórios povoados por escravos que fugiam das fazendas devido às condições subumanas de trabalho que eram impostas.

A palavra *kilombo* é originária da língua banto *umbundo*, falada pelo povo *ovimbundo*, que diz respeito a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo e Angola (Munanga, 1996, p.58). Sendo assim os quilombos além da instituição militar na África Central, era uma experiência coletiva dos africanos e seus descendentes contra a escravidão.

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, abertas a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundo, kongo, wovimbundo etc. (Munanga, 1996, p.59).

Para muitos quilombos não era simplesmente um lugar de escravos fujões e sim uma reunião

fraterna e livre, de solidariedade, comunhão existencial, onde a comunidade quilombola representa um progresso humano sociopolítico em termos de igualitarismo econômico. Os quilombos resultaram de uma exigência vital dos africanos escravizados, nos esforços de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. (NASCIMENTO, 1980, p.255).

O quilombo brasileiro era construído pelos escravizados que se opunha a estrutura escravocrata sendo nada mais que um território de resistência. O quilombo veio a representar à recusa da escravidão sendo considerado uma subversão a ordem colonial. Era um território dentro de outro território como alternativa política.

A relação entre política e território é que a política tem como modo organizar interesses e o território tem como modo o recorte e o conteúdo desses interesses. Ou seja, o território é o campo onde a política atua.

O conceito de território surge na Geografia Política como um espaço concreto que é ocupado por um grupo social e que essa ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidades. Os limites dos territórios podem ser alterados, mas nunca deixará de ser território, pois é a durabilidade que gera uma identidade socioespacial. Nesse sentido para ter noção de território é preciso ter uma identidade que foi criada durante muito tempo e que no fundo elas são relações sociais projetadas no espaço do que apenas espaços concretos. Então não se pode separar território físico e território identidade, para existir o território os dois têm que coexistir.

Duas verdades podem ser consideradas em relação ao território. A primeira é que o conceito de território se refere à apropriação social do espaço e a segunda é que guarda tanto uma dimensão material como uma dimensão simbólica.

Milton Santos afirma que:

o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002: 10).

Milton Santos reafirma nessa passagem que o território é o espaço físico mais a identidade, mostrando a importância da organização social para a formação do território.

Alguns autores marxistas dão um sentido à dimensão material do território como se vê nessa passagem:

Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar... Denominaremos território a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como lugar e os meios materiais de sua existência. (GODELIER, apud HAESBAERT, apud MAZZETTO, 2007:219).

Para Sack (1986) “território surge da tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”. O território é visto como um instrumento de exercício do poder (Estado – Nação), porém só se tem poder se tiver representação.

No entanto, no sistema capitalista o território nunca irá atingir a idéia de apropriação social do espaço. Um exemplo disso são as diferentes escalas que se pode analisar em relação a apropriação social do espaço. As diferentes escalas entre um bairro para a cidade, para a unidade da federação, para a região ou para o conjunto do território nacional, os interesses mudam de acordo com as escalas. Sendo assim em qualquer escala quanto mais variada e complexa for à sociedade, maior será a diferença entre as necessidades dos grupos e das classes sociais e de cada território ocupado por eles, tendo todas as características diferentes.

Então os conflitos surgem das relações sociais que se materializa para organizar o território de maneira mais adequada aos objetivos de cada um (classes sociais e grupos). Sendo assim as diferentes formas, que geram conflitos, de apropriação social do espaço são expressas em diferentes territorialidades.

Segundo Sack a territorialidade é definida como uma tentativa de um indivíduo ou grupo, afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações através da delimitação e da afirmação sobre uma área geográfica.

Para Paul Little antropólogo da UNB

A territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim seu “território” ou homeland (cf. SACK 1989: 19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explica depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido/ e/ou reafirmado. (LITTLE, 2002: 3 apud MAZZETTO 2007: 222).

Sendo assim podemos concluir que não será possível presenciarmos a composição do território sem a concreticidade da territorialidade haja vista que ocorrem de forma a corroborar com a dinamicidade e bases de estudo que sustentam a ciência geográfica.

Requilombar-se São Pedro dos Crioulos...

Assim como proposto por Porto-Gonçalves (2003), em questões de luta de classes, a “a luta” é fundamental no processo de formação das classes. Os negros de São Pedro de Cima, assim, “classe- ficam-se” nesse processo de requilombamento.

O processo de re-quilombamento da comunidade pode ser notado a partir de novas experiências e vivências com a comunidade, a presença de importantes atores sociais que corroboram para este processo.

Colocamos então três pontos notados que afirmam esta questão de re-quilombamento. O primeiro ponto é a busca da territorialização da devanescente cultura negra pela sociedade quilombola no local; o domínio territorial cristão/“branco” nessas terras quilombolas e o terceiro ponto conflitos religiosos que sustentam conflitos territoriais/agrícolas locais.

Esses estudos nos levaram a perceber que um (quase) “fato social total” nos levou a perceber uma (quase) totalidade do espaço-território.

Ergue-se São Pedro dos Crioulos...

A comunidade quilombola de São Pedro de Cima fora fundada por um ex-escravo senhor negro por nome de Pedro Malaquias, que ocupou o lugar no ano de 1730, dando origem ao povoado. Primeiro a comunidade foi fundada no que hoje chama São Pedro de Baixo, mas devido à articulação de fazendeiros da época, os escravos foram obrigados a se deslocarem para uma região mais distante, que receberá o nome de São Pedro dos Crioulos com suas tradições, culturas afro-descendentes e costumes e que após um processo de migração de novos sujeitos em busca de novas terras para o plantio de café entre outras funções acaba por formar uma descaracterização da comunidade.

Surge São Pedro de Cima...

O nome São Pedro dos Crioulos com o passar do tempo foi sendo rechaçado pelos moradores locais e até mesmo pelos recentes moradores, e este momento é o que cria o quadro atual da comunidade, neste contexto temos também a questão religiosa que elucida a questão territorial do quilombo de São Pedro dos Crioulos.

A comunidade nasceu como a maioria dos quilombos, em local de difícil acesso e ganhou uma maior acessibilidade a outras áreas com a construção da BR-116 que corta as proximidades. Surgiu como um tipo de território que vem passando por constantes transformações.

Com o passar do tempo essa tradição construída com o passar dos anos vem se alterando de acordo com o avanço do capitalismo. Com a abertura da comunidade, após a abolição da escravidão e principalmente na segunda metade do século XX a comunidade vem se transformando de maneira

intensa. O processo migratório se inicia e se torna o principal fator de transformação. Nesse momento ocorre a mudança de função do território existente, que como consequência muda também à territorialidade estabelecida no lugar.

Com entrada de novos membros na comunidade a maneira de lidar com a terra, de ver a terra são alteradas. Porém esses novos agricultores que entraram na comunidade, tinham nada mais do que um desejo de cultivar a terra para a sobrevivência.

A partir daí que as tradições e costumes passam a ser alteradas. Antes as famílias eram predominantemente negras e os casamentos aconteciam muitas das vezes entre familiares. Com a entrada dos novos membros as famílias foram se miscigenando alterando crenças e costumes. O catolicismo entra de maneira mais profunda fazendo com que a comunidade abandone as crenças africanas. Se tratando de cultura e crença a introdução da religião evangélica posteriormente veio a mudar ainda mais o panorama sócio-cultural da população.

Apesar desse processo migratório provocando transformações sociais, econômicas e culturais a noção de liberdade ainda existe como, por exemplo, a delimitação das propriedades não possui nenhuma barreira artificial como cercas e muros sendo ainda demarcadas por elementos da natureza.

No dia 28 de julho de 2006, São Pedro de Cima recebeu da **Fundação Cultural Palmares** a **Certidão de Auto-Reconhecimento** onde declara como terra de **Remanescentes das Comunidades Quilombolas**, registrado no *Livro de Cadastro Geral n. 006, Registro n. 656, fl. 166*. Sem dúvida um primeiro passo para o reconhecimento e resgate da cultura negra.

É nesse contexto que a comunidade se situa nos dias de hoje, como remanescente quilombola e rural. Apesar de pode ser classificada desse jeito a territorialidade ainda não é de fato concretizada. São Pedro de Cima tem como atividade econômica principal a agricultura sendo ela na grande maioria familiar e é a principal fonte de renda da comunidade com cada família organizando sua produção, mas também existindo a plantação em consórcio. Muito dos agricultores não possuem a titulação da terra, dificultando a participação em programas governamentais como o PRONAF.

Nos anos 80 a revitalização e programas de incentivo da cultura cafeeira tornaram a comunidade mais complexa na sua organização social e econômica. Tendo sido introduzido o cultivo do café, esta atividade foi aos poucos diferenciando pequenos e médios produtores, posseiros e trabalhadores rurais e trazendo a possibilidade de interações espaciais mais constantes com municípios vizinhos.

É nesse momento que a transformação do território acontece com maior intensidade. O território muda de função e sua territorialidade também é modificada como consequência. A partir desse momento os interesses mudam, a imigração aumenta por causa das novas oportunidades de trabalho. O lugar ganha um novo conceito, agora a comunidade era uma das responsáveis pela

produção de café na região.

A agricultura que era basicamente de subsistência passa a ser familiar. A agricultura familiar nada mais é que um segmento agrícola onde se produz excedentes agrícolas comercializáveis por meio do trabalho organizado por uma família. Na maioria das vezes esses pequenos agricultores recebem algum tipo de assistência técnica governamental e têm acesso a crédito bancário, podendo contar com o trabalho de auxiliares.

Em alguns lugares e assim como na comunidade São Pedro de Cima a agricultura familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado contrapondo outros lugares onde ainda permanece arcaica montada sobre a economia de subsistência. Também ele pode ser reconhecida como a única forma de produção capaz de satisfazer as necessidades da sociedade e em outros ela pode ser excluída e todo o desenvolvimento, sendo tolerada e desacreditada até chegar ao ponto de ser eliminada por sua totalidade.

A agricultura familiar em São Pedro de Cima pode ser classificada também como agricultura tradicional que é onde a atividade agrícola se apóia em conhecimentos acumulados por gerações transmitidos oralmente, adotando técnicas desenvolvidas no passado, com características menos agressivas ao meio ambiente e mais adaptadas às condições locais.

A partir de então todas as pessoas da comunidade plantam o café, sendo o carro chefe da economia local e das famílias que com o passar dos anos a paisagem é cada vez mais tomada pelas plantações do café, sendo lavouras criadas majoritariamente por membros da família, sendo reforçada a ideia de agricultura familiar.

Desde o momento da introdução do café na comunidade a territorialidade foi alterada. As pessoas passaram a ter mais acesso ao meio urbano. A cidade passou a ficar presente na vida das pessoas, fazendo com que o rural se tornasse algo arcaico nas vidas das pessoas.

A população se encontra espalhada pela comunidade, habitando principalmente as encostas do vale do rio São Pedro. A distribuição espacial de São Pedro de Cima apresenta um suposto “centro”, na parte mais baixa onde estão alguns dos principais pontos de convívio social, sendo eles: a Escola "Lía Marta" que atende às crianças da comunidade e é onde são realizados os principais encontros da comunidade por ser considerado um local neutro, a Igreja Católica cujo seu principal mantenedor é um Sr. que faz parte das pessoas que migraram para a região em busca de novas oportunidades, a *venda* mantida por uma família remanescente de escravos da região, o pequeno e recém-inaugurado Posto de Saúde, o campo de futebol e um “botequim”, ambos locais de encontro não bem quistos por grande parte da população católica da comunidade.. Encontra-se também, relativamente próximo a esse “centro”, a Assembléia de Deus, onde as casas e os próprios moradores não se identificam com o local.

A situação de “isolamento”, como todo quilombo, fez com que as famílias negras ficassem isoladas,

subsistindo até nos dias de hoje trabalhadores rurais, que lidam com a terra como a única fonte de renda e sobrevivência. Esse isolamento contribui pra o surgimento da coletividade, criando uma intensa vida comunitária com roças e criações coletivas atendendo toda a comunidade e a reprodução de uma vida social e cultural orientada pelos próprios moradores. Identifica-se até os dias atuais uma forte influência de ritos de catolicismo popular mesclado a praticas de curas e benção de origens afro-brasileiras e indígenas, sendo até hoje preservados algumas festas e comemorações que marcam o calendário religioso católico.

Apesar da nova acessibilidade a comunidade ainda é carente em vários serviços como saúde, o Posto Médico recém inaugurado funciona uma vez por semana, falta de uma estrutura adequada escolar, apesar de melhorias recentes, ausência de uma farmácia, já que o Posto Médico local ainda não oferece remédios para a população tendo que ir a cidade de Divino buscar os mesmos e uma ausência de atividades culturais, em visitas à comunidade notamos um forte conflito entre os jovens e os mais idosos.

Para finalizar o artigo, esclarecemos que trabalhar com a Comunidade de São Pedro de Cima, para o curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora e acima de tudo para os alunos do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, vêm a afirmar o que creditamos e acreditamos que é a oportunidade única e sempre de forma diferenciada de intercambiar saberes da comunidade e o conhecimento da academia.

#### Referência Bibliográfica

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: UNI-RIO: FAPERJ: DP&A Editora, 2003.

BACELAR, Jéferson & CAROSO, Carlos. (orgs). **Brasil: Um País de Negros?** Rio de Janeiro: Pallas ; Salvador , BA: CEAO, 1999

BRASIL. Ministério da Cultura. Revista eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em : <http://www.revista.iphan.gov.br/index.php>. Acesso em 04 de junho de 2008.

CARNEIRO, L. de O. **Requilombarse São Pedro dos Crioulos: Magia e Religião em São Pedro de Cima**. Rosário (AR), Encontro Internacional Humboldt, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_,R. **Territórios Alternativos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

INCRA. Disponível em : <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 04 de junho de 2008.

MANÇANO,B.Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica

para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 8, nº6, p. 14-34. Jan/Jun. 2005.

MAZZETTO, Carlos E. Silva. **Territorialidade Camponesa e agronegócio: o sentido e a sustentabilidade dos territórios rurais em questão**. In: Amélia Cristina Alves Bezerra; Cláudio Ubiratan Gonçalves; Flávio Rodrigues do Nascimento; Tadeu Alencar Arrais. (Org.). Itinerários Geográficos. 1 ed. Niterói: Ed.UFF, 2007, v. , p. 215-242.

MUNANGA, K. - 1995/1996 - **Origem e histórico do quilombo na África**. **Revista de Antropologia da USP**, n. 28. São Paulo: USP.

O'DWYER, E.C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 268p. (introdução. p. 13-42)

O'DWYER, E.C. (Org.) – 2002 a - **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas/ Associação Brasileira de Antropologia (Coeditora).

PALMARES, Fundação. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em 04 de junho de 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. 2. ed. Brasília: Edições Ibama, 2003. v. 1. 590 p.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e perspectivas**. In: Maria Nazareth Soares Fonseca. (Org.). Brasil Afro-brasileiro. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, v. , p. 307-326

SACK, R. **Human teritorility its they and history**. Cambridge University, 1986

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo, EDUSP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo, EDUSP, 2005  
SANTOS, M. **Território e dinheiro**. In: Território territórios. Niterói: programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo - UFF/AGB, 2002, p. 9 a 15;

SANTOS, M. et al (orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996, pp. 169-181.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L., 2001. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record.

\_\_\_\_\_ et alli - **Territórios, territórios**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

